

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS COLONIALISTAS E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LÍNGUAS NO VALE DO ARAGUAIA

Paula Regina Rodrigues Meneses<sup>1</sup>

Roberta de Jesus Santos<sup>2</sup>

Thereza Cristina Rocha dos Arbues Carneiro<sup>3</sup>

**RESUMO:** Tendo em vista a necessidade de reflexão sobre o processo histórico de implantação de nossa língua pelos colonizadores, propomos de forma breve, neste ensaio, uma exposição de como esse processo se constituiu do nível nacional ao regional. A diversidade étnica e linguística na região dos municípios do Vale do Araguaia e as políticas linguísticas em todo seu percurso histórico são marcadas pela exclusão das línguas minoritárias desde a colonização à ocupação mais recente do Centro-oeste brasileiro, na região do Vale do Araguaia. Para revisão conceitual, recorreremos a Bagno (2011), Haugen (2001), Rajagopalan (2013), Xóan Lagares (2018), entre outras fontes que discorrem sobre esses conceitos e tratam a língua como objeto político, econômico, social e cultural. Ao observar a mesma dinâmica que perfez o falar do brasileiro a nível nacional na região do estado Mato Grosso, no qual a diversidade étnico-linguística não foi considerada desde a colonização, é possível observar que foram políticas que contribuíram para as desigualdades e configuraram línguas e etnias como saberes linguísticos minoritários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas linguísticas. Língua. Minorias linguísticas.

## COLONIALIST LANGUAGE POLICIES AND LANGUAGE INTITUTIONALIZATION PROCESSES IN THE ARAGUAIA VALLEY

**ABSTRACT:** Bearing in mind the need for reflection on the historical process of implantation of our language by the colonizers, we briefly propose, in this essay, an exposition of how this process was constituted from the national to the regional level. The ethnic and linguistic diversity in the region of the municipalities of Vale do Araguaia, linguistic policies throughout

<sup>1</sup> É mestra pelo Programa de Pós-graduação Língua, Literatura e Interculturalidade - POSLLI, da Universidade Estadual de Goiás (UEG - Câmpus Cora Coralina). É licenciada em Letras com habilitação em Português e Literatura pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT-Câmpus Araguaia -2011), e especialização em Linguagens e Ensino: Língua e Literatura (2016) pela a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT- Câmpus Araguaia). Atua na rede privada de Educação Básica com as disciplinas de Língua Portuguesa e Redação. É professora do Centro Universitário Unicathedral. Telefone: (66) 99996-9909. E-mail: paulareginarm@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestra em Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Matemática em Rede Nacional-PROFMAT– ICET-PPGMAT/UFMT, Campus Araguaia. Assessora Pedagógica do Ensino Fundamental Anos Finais- Área de Matemática- SMEBG e professora do Centro Universitário Unicathedral. Telefone: (64) 99223-8020. E-mail: santosbeta15@gmail.com.

<sup>3</sup>Especialista em Educação Infantil e Alfabetização e em Psicopedagogia. Graduada em Letras. Graduada em Pedagogia. Docente no Curso de Pedagogia do Centro Universitário UniCathedral e Coordenadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UniCathedral. Telefone: (66) 98411-5933. E-mail: thereza.rocha@unicathedral.edu.br.

its historical trajectory are marked by the exclusion of minority languages from colonization to the most recent occupation of the Brazilian Midwest, in the region of Vale do Araguaia. For a conceptual review, we will use Bagno (2011), Haugen (2001), Rajagopalan, (2013), Xóan Lagares (2018), among other sources that discuss these concepts and treat language as a political, economic, social and cultural object. Observing the same dynamics that made Brazilians speak at a national level in the Mato Grosso state region, in which ethnic-linguistic diversity has not been considered since colonization, it is possible to observe that policies contributed to inequalities and configured languages and ethnicities as minority linguistic knowledge.

**KEYWORDS:** Language policies. Colonizer language. Linguistic minorities.

## 1. INTRODUÇÃO

Este ensaio buscar apresentar algumas reflexões a respeito do que são políticas linguísticas voltadas aos estudos das ações políticas do Estado, ações essas que ao longo da história desse país aconteceram de diferentes formas. Assim, conhecer o processo de políticas de gestão linguística faz-nos compreender os jogos de poder no que refere aos fatores linguísticos e não linguísticos políticos, demográficos, culturais e religiosos que fazem com que as línguas circulem.

Assim, propomos apresentar o percurso histórico-linguístico das primeiras políticas linguísticas desde a Brasil colônia ao período do Estado Novo do governo Getúlio Vargas, a partir de 1937, no Vale do Araguaia. Recorte histórico que, em meio a um contexto multilinguista, foi marcado por injustiças, preconceitos e exclusão das minorias.

Adentrar nesta parte da história é vivenciar um massacre de identidades indígenas e africanas com reflexos na atualidade, como a construção identitária de nosso país, vista como subalterna. Ao observar o processo histórico de implantação da língua do colonizador é possível encontrar essa mesma regularidade no Brasil pós-colonização, na qual foi caracterizada pela violência simbólica com as minorias que aqui dividiam o mesmo território.

Ao observar tais fatos na história foi possível identificar a regularidade dessa mesma prática de poder no país pós-independência. O processo de imposição da língua no âmbito nacional chegou a se repetir ao longo da história, mesmo que em momentos de gestão democrática. Uma prática marcada pelo silenciamento de povos marginalizados, que repercute na atualidade atos inescrupulosos que seguem a mesma lógica desde o desembarque europeu.

É primordial a discussão e o conhecimento de como a nossa língua tornou-se oficial, mesmo em um contexto multilíngue. Um olhar crítico a essa realidade já nos infere que houve exclusões e silenciamentos, pois além da diversidade de etnias e línguas indígenas, tivemos, aqui, diversas tribos africanas com diferentes línguas. A herança linguística foi, apenas, “[...] alguns resquícios em celebrações litúrgicas das religiões afro-brasileiras e num léxico [...]” (FARÁCO, 2016, p.143), e que mesmo assim carrega estigma negativo de língua inferior.

Diante desses fatos, buscaremos aqui apresentar que tais políticas linguísticas colonizadoras utilizaram da mesma regularidade em gestões democráticas, com o mesmo interesse, do capital, sem considerar as diversidades que aqui circulavam. Trata-se de práticas colonizadoras, que na atualidade refletem o desrespeito para com os primeiros donos dessa terra, sobretudo em uma região marcada pela diversidade de línguas como a do Vale do Araguaia<sup>4</sup>.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal apresentar o percurso histórico das políticas linguísticas colonizadoras, partindo do período do “descobrimento” do Brasil como uma prática que se perpetuou após a Brasil colônia na região do Vale do Araguaia, região da Amazônia Legal.

A fim de ilustrar o funcionamento das políticas linguísticas e como tais ações se institucionalizaram em nossa região, discorreremos, primeiramente, sobre os conceitos de língua, dialeto e língua oficial, como conceitos que foram construídos dentro de hierarquias e preconceitos. São conceitos que entregam as políticas linguísticas e o planejamento linguístico de qualquer Estado, mas vistos aqui por um olhar crítico, observador das ações políticas do Estado em relação às línguas, a relação de convergência e divergência que resultou também em um projeto colonizador e institucionalizador da Língua Portuguesa no Brasil como ação excludente do plurilinguíssimo.

Após a exposição dos conceitos, apresentaremos o percurso histórico de colonização linguística no Brasil como prática de dominação linguística e cultural de povos, mesmo em períodos de regimes democráticos. Estendendo a um recorte da colonização linguística no Vale do Araguaia, em meados do século XVIII, promovida por políticas públicas do Governo Federal e do estado de Mato Grosso.

## **2. CONCEITOS INICIAIS E A POLÍTICA LINGUÍSTICA COLONIAL**

---

<sup>4</sup>A região do Vale do Araguaia é definida pela região de Barra do Garças-MT aos municípios que circundam à margem da Br 158. (ARRUZZO, R. C. 2009).

Para iniciar essa discussão, é preciso, antes, conceituar o objeto de que se trata as políticas linguísticas, o que é língua para logo entendê-la como objeto político.

Segundo Bagno (2011, p. 356), a língua é uma “amálgama”, inseparável, que consiste em sistema/estrutura linguística e “construto cultural, social, político, ideológico”. Por esta definição já podemos inferir que a língua é política, por servir a uma comunidade e constituir-se como identidade de um povo, e por ser um instrumento de relações de poder e ao mesmo tempo de ação política.

Nesse sentido, a língua como objeto político é um campo de poder e resistência. Desde a sua estruturação/padronização ao ser criada como um modelo ideal a ser servido a um grupo e não mais apenas como instrumento de “língua materna”, tornando-se uma instituição que guarda um conjunto de normas, um padrão do que é o “bem” falar.

O conceito de língua está interligado a uma comunidade linguística de falantes e na relação de poder, inclusão e exclusão, ao padronizar ou normatizar um falar. Quando se tem uma normatização, juntamente com a ideia de regra, considera-se a formação do que é língua oficial ou língua nacional, sendo ela, na maioria das vezes, “a língua escolhida ou dialeto falado na região onde se situa o poder, a Corte, a aristocracia, o rei” (BAGNO, 2011, p. 266).

Nesta mesma dinâmica de poder e hierarquia, uma língua se constitui a partir de uma relação de luta e contrapontos, como os conceitos de língua versus dialeto. Pela diferenciação desses termos, pode-se inferir que se tem como superior a língua dotada de uma normatização, e o dialeto como um registro compreensível em meio à comunidade de falante, “[...] “língua” sempre como o termo superordenado, e “dialeto” como o subordinado” (HAUGEN, 2001, p. 97, grifo da autora).

Ao observar a lógica da definição dos termos língua e dialeto é possível deduzir o processo de oficialização das línguas com a mesma lógica de exclusão. Uma regra que foi aplicada ao Novo Mundo no continente americano ao distinguir o que era língua dos “civilizados”. Diante desses conflitos de ordem social, os linguistas partem para um outro campo de discussão, o de não só analisar e refletir a normatização e variação de uma língua, mas também o de refletir a respeito das relações de poder, ideologias, lugar privilegiado das línguas de colonizador.

Nesta perspectiva de combater as desigualdades sociais que acompanham a exclusão de línguas diante das diversidades linguísticas, surge a necessidade de estudo das ações que regem as políticas linguísticas planejadas por parte do Estado. Assim, entende-se por políticas linguísticas como um campo de poder político, de “ação política que norteia a escolha entre as

diferentes opções que se apresentam na tomada de decisões das mais variadas, é eminentemente político” (RAJAGOPALAN, 2013, p.34).

Dessa forma, os estudos e discussões que envolvem políticas linguísticas são os questionamentos de ações que lidam com um o indivíduo, um público, com as escolhas e decisões de “práticas linguísticas locais” (RAJAGOPALAN, 2013). Vale ressaltar que as políticas linguísticas tratam de investigar tanto as políticas escolhidas pelos sujeitos quanto as ações condicionadas para ele, sendo esse o maior motivo para o levantamento e observação de políticas linguísticas de uma determinada comunidade.

Portanto, as implicações para o agir e o agente de políticas linguísticas é “[...] intervir numa realidade linguística. [...] Como qualquer outra atividade de cunho político ela se esmera no sentido de mudar os rumos de uma determinada situação linguística” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 39).

Destarte, questionar a gestão de políticas linguísticas do Estado para com um povo é também questionar a estrutura ideológica que sustenta a circulação ou não de uma língua e toda a sua conjuntura histórica imbricada. Trata-se de um trabalho de análise histórica que justifica a regularidade de exclusão de línguas minoritárias, que em sua maioria opta pelo ideal de prestígio desconsiderando a diversidade étnica, linguística e cultural de um país.

Desse modo, qualquer ação sobre a língua é um ato político que traz poderes simbólicos. E nesse campo de forças que uma língua pode existir, ser oficial, nacional, circular em vários setores sociais, pois sua circulação ou extinção é resultado de um planejamento linguístico.

Vale lembrar que a realidade de sociedades multilíngues, como a brasileira, teve ao longo de sua história um planejamento linguístico que se perfez com políticas excludentes, com grandes interesses econômicos, logo, por ser vista como “[...] obstáculo à modernização da sociedade e ao desenvolvimento econômico dos países” (LAGARES, 2018, p. 21). Isso, conforme afirma Xoán Lagares (2018, p. 22), tem como objetivo claro o “empreender políticas que têm como objetivo tornar as elites do país plenamente proficientes nesse idioma, consolidando a hierarquia social própria da realidade colonial”.

### **3. PROJETO COLONIZADOR EUROPEU**

A realidade linguística de muitos países, sobretudo na América, é alçada pela língua do colonizador europeu. Não diferente de outros no continente Americano, temos como língua oficial e nacional a língua do colonizador, em nosso caso o português.

A trajetória histórica para a implantação do português no Brasil consiste em um projeto imperialista e excludente ao colocar ao “Novo Mundo” um modelo “civilizatório”. Conforme Miriani (2004, p. 21), “Trata-se de um projeto de colonização linguística constituído com base no catolicismo jesuítico e em consonância com um imaginário em torno da relação língua-nação vigente do século XVI ao XVIII. ”.

Destrinchando a didática do projeto de institucionalização da língua portuguesa na colônia, houve, juntamente com as ações da igreja católica na evangelização, a influência da “revolução tecno-linguística” a partir do Renascimento em favor das línguas neolatinas, que se consolidava com a produção de gramáticas e dicionários. Um (a) política/projeto engajado pela a realza portuguesa e a igreja (MIRIANI, 2004, p. 23).

Alinhado ao projeto econômico de ocupação de terras como projeto de poder, a imposição da língua portuguesa acontecia tendo em vista a dominação desses povos ao impor apenas uma língua para circular na colônia. Dessa forma, a realza usava de todos os artifícios para sustentar de forma política e ideológica o seu projeto de poder, colocando-se como provida de língua nacional, por ser institucionalizada, regularizada, repetível e letrada, por apresenta-se de forma organizada, era a língua a ser considera por todos e todas como oficial.

Miriani (2004) também lembra que esse processo foi constituído de resistências, pois diante de tantas línguas, indígenas, europeias, africanas, não deixou de constituir uma língua diferente da metrópole. A circulação dessas línguas se desenvolvia com distintas funções, pois mesmo com a imposição do português os colonizados também influenciaram a constituição do português, mas o brasileiro após a composição da língua geral.

Assim, mesmo com resistências, o português no Brasil é predominantemente a língua do colonizador, pois os poderios que legitimaram a nossa língua foram constituídos por fortes estratégias políticas: teoria linguística, religiosa e políticas jurídicas. A mesma estratégia aplicada ao português em Portugal em seu processo de constituição posterior à colonização no Brasil, pois a língua idealizada advinda das tradições linguísticas gramatizada pela diferenciação ao “galego e, ao mesmo tempo, de nobre filiação ao latim” (MIRIANI, 2004, p. 26). Como visto, o português, também, é em sua essência fruto de uma política interna de poder, concebida na “nação portuguesa”, tornando-se “língua-nação” de outra nação.

Essa mesma didática foi aplicada no contexto de multilinguismo na colônia brasileira, com a sobreposição de uma língua pelo processo de colonização linguística. A colonização linguística provém do encontro de dois imaginários linguísticos constitutivos de povos distintos, em que uma busca se impor sobre a outra (MIRIAN, 2004, p. 28). Esse processo se

realizou, como já mencionado, a partir de atos religiosos, linguísticos e políticos jurídicos em busca de institucionalizar a língua do colonizador.

A didática pela prática linguística-religiosa do projeto de colonização linguística no Brasil era tanto via oralidade, no processo de conversão dos indígenas via hierarquização, quanto por meio de outros mecanismos de poder, como a produção literária, emissão de decretos e regulamentos voltados à rotina da colônia, entre outras ações que contribuíram para a conquista do Novo Mundo.

Entre essas ações, a efetiva colonização linguística aconteceu pelo ato político-jurídico de institucionalização da língua portuguesa ao criar uma *Língua Geral* e o *Diretório dos Índios*. Esse método se perfazia por meio da Igreja (Vaticano) e do Estado, via coroa portuguesa. Com o intuito de evangelizar, houve a única adoção da língua local, no caso o tupi, por ter sido a língua indígena mais falada no litoral brasileiro, sendo ela escolhida pelos jesuítas para passar pelo processo de gramatização e compor a chamada Língua Geral, a *língua brasílica* (MIRIAN, 2008, p.76), sendo esta criada com o objetivo maior de catequizar os indígenas, e que posteriormente foi banida de circulação.

A concretização da Língua Portuguesa (de total influência do português de Portugal) no Brasil, como língua institucionalizada e oficial, acontece com a criação do *Diretório dos Índios* (1755). Com a legislação do *Diretório dos Índios*, promulgada por Pombal no século XVIII, oficializa por definitivo a Língua Portuguesa como umas das “instituições nacionais portuguesas na colônia” (MIRIANI, 2004, p. 29). Esse processo se concretiza por meio das políticas jurídicas pelo *Diretório*, com a emissão de procedimentos pedagógico-teológicos-jurídicos, vocabulários e gramáticas, procedimentos de disciplinarização e doutrinação para o apagamento das línguas existentes na colônia (MIRIANI, 2004, p. 30).

#### **4. A COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO VALE DO ARAGUAIA**

Como visto, o processo das políticas linguísticas da colônia portuguesa foi voltado à supremacia de uma língua em detrimento das línguas minoritárias. A língua portuguesa instaurou na colônia um monolinguismo idealizado, mesmo assim, houve espaços para desencontros dessa mesma língua com as línguas existentes (europeias, africanas e indígenas). Apesar das resistências, predominou a língua do colonizador para assim constituir os “sujeitos nacionais”.

Essa mesma didática, mediante a gramatização por tradução, estendeu do período da colonização aos bandeirantes e religiosos no período do Estado Novo (1937-1945), através de

políticas públicas no governo Getúlio Vargas (1937), como a “Marcha para o Oeste”. Tal política vem a calhar com o ideal de “progresso” na perspectiva do capital, alinhada ao pensamento do Estado e o seu gestor.

Nesse mesmo momento, acontecia a expansão e o povoamento no estado de Mato Grosso, na região do Vale do Araguaia. Projetos como a “Expedição Roncador” e abertura da BR 158 tiveram o suporte do fundo financeiro Fundação Brasil Central (FBC) e SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), do governo federal, juntamente com recursos do Estado de Mato Grosso. Tais políticas e projetos consolidavam a institucionalização do Estado nessa região.

A partir dessas políticas, tinham em si engendrada, mesmo que não declarada, a exclusão indígena. Nesse período, a busca por ouro e escravização dos indígenas, como no Brasil colônia, foi ressignificada para a conquista de terras, modernização e povoamento dos espaços “vazios” do Centro-oeste no país. Tratava-se de um projeto econômico de ocupação e transformação desses espaços para o cultivo de atividades agrícolas. No caso do estado de Mato Grosso, precisamente da região do Vale do Araguaia, havia forte presença de territórios ocupados por indígenas, e também posseiros, pequenos produtores que entraram na disputa por essas terras (ARRUZZO, 2009).

Com o intuito de ocupar esses espaços e diante da resistência dos indígenas, o governo funda, em 1937, o órgão de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e novamente o Estado alia seu trabalho com as instituições religiosas, agora com as missões salesianas à moda colonial. Mais uma vez, o político e religioso se fundam com o mesmo objetivo em dominar espaços e culturas (CIMI, 1987 *apud* ARRUZZO, 2009, p. 48).

Podemos observar essa aliança, Estado igreja, com interesses semelhantes ao do período colonial em um relato de padres ao presidente Getúlio Vargas em 1937.

Espero por estes fatos que V. Ex.a. há de fazer-se uma ideia certa da conveniência da penetração pacífica dos Missionários Salesianos nesta zona imensa e rica do nosso interior, a oeste, a penetração que há de congregar os índios Xavantes, fazendo-os amigos e bons brasileiros, como já se tem feito com os Bororo, **abrindo deste modo nova e imensa zona para a agricultura, a criação de gado, fazendo aparecer as lendárias e ricas minas do Rio das Mortes para vantagem e riqueza de nosso Brasil.** (CHOVELON; FERNANDES e SBARDELLOTTO, 1996, p. 13 *apud* ARRUZZO, 2009, p. 48-49, grifo da autora).

No texto encaminhado ao presidente Vargas, é visível o interesse econômico e religioso, a conquista desses espaços por intermédio dos povos Xavantes e Bororos que

residiam na terra. O texto ainda nos apresenta as impressões no que se refere à tentativa de apagamento da identidade indígena, “fazendo-os amigos e bons brasileiros”.

Após a conquista dos indígenas na região do Vale do Araguaia e a desocupação de suas terras em troca de outras, o trabalho de catequização foi continuado pelos missionários. Esses lançavam mão de diversas técnicas de doutrinação, como as mesmas utilizadas no período da colonização, como descreve um dos missionários Francisco Fernandes (CHAVELON et al. 1996, p. 82 *apud* ARRUZZO, 2009, p. 51):

Hoje os Xavante destas Colônias estão sendo carinhosamente catequizados, ficando Xavante-cristãos (...) Ensina-se, além de nossa santa religião, a ler, a escrever por meio de cartilhas especiais [...]. Ensina-se agricultura moderna e colhe-se arroz, milho, feijão, cana, mandioca, café, abóboras, amendoim e até trigo, batata etc. Tem criação de gado *vacum*, cavalos, suínos, galinhas e outras aves.

Após as conquistas desses povos, as missões seguiam seu plano de controle e colonização, neste caso da etnia Xavantes. O método pedagógico, mais uma vez semelhante ao da primeira colonização neste país. Dessa forma, conforme a descrição, é possível notar que não só houve a mudança de território, mas também de seus costumes, apagando sua identidade por meio da inserção da cultura cristã.

Em meados de 1964, já com a inserção total dos grupos salesianos em suas aldeias, a instituição seguia com seu plano de colonização. Ao mesmo tempo que ofereciam assistência em saúde e educação, também implantavam formas de controle aos seus modos de vida, como: tornando-os agricultores e sedentários; controle do tempo ao estabelecer as atividades de lazer aos finais de semana; controle da sexualidade, ao oferecerem estudos nos internatos para um só gênero; na política, os privilégios dos altos cargos na missão eram aos chefes, a parentes e amigos próximos (MENEZES, 1999 *apud* ARRUZZO, 2009, p. 53).

Dessa forma, os povos Xavantes foram colonizados no Vale do Araguaia, retirados de suas terras originárias, que só depois de anos foram desapropriadas e devolvidas. Mesmo assim, vivendo à margem, é indiscutível a necessidade de políticas de reparação histórica diante tantas desigualdades para com esses povos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aqui exposto, a política linguística no Brasil tem ao longo de sua história diferentes lados que contribuíram para o status de línguas minoritárias como o caso das línguas

indígenas e africanas. O monolíngüístico instaurado por políticas linguísticas desde o Brasil colônia a chegar na Era Vargas, ainda reflete na atualidade uma tímida reparação com esses povos.

Talvez possamos tentar justificar a lenta ação do Estado pelo fato de que o órgão que atualmente coordena as políticas de proteção aos indígenas, FUNAI, era o mesmo órgão/política Diretório dos Índios que oferecia suporte aos interesses do Estado na catequização e desocupação de suas terras. Esse, que com a proposta em garantir a diversidade linguística regulava as línguas faladas pelos indígenas e também tinha como objetivo maior garantir a língua do colonizador.

Atualmente, com novos ares no que refere a políticas linguísticas, é importante ressaltar o quão pertinente são essas discussões ao país na tentativa de tirar a visão homogeneizadora da língua falada no Brasil. Deve-se fortalecer o movimento na busca pelo reconhecimento do plurilíngüístico que engloba línguas indígenas, africanas e de ondas imigratórias. Vale lembrar que até mesmo as línguas consideradas de prestígio no Brasil foram alvos de políticas excludentes, como em 1930, a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas na tentativa de não apreensão das línguas dos imigrantes alemães, por exemplo.

Dessa forma, ressaltamos a respeito da importância de uma intervenção política linguística prática, utilizando-se, até mesmo, dos caminhos didáticos que ocorreram nos processos de institucionalização/imposição da língua do colonizador para a etnia Xavante no Estado de Mato Grosso. Assim, pensamos que para que haja a inclusão das línguas marginalizadas é necessário que futuras intervenções no fazer político de línguas sejam voltadas aos diversos espaços sociais e tenham, sobretudo, suporte jurídico para que seja exercido o direito individual da língua como direito humano para todos.

Em suma, que tanto a nível nacional como regional não possamos esquecer da história real que marcou e marca os povos desta terra. E que a história possa nos conscientizar do que realmente chamamos de língua, como assim bem colocado pelo linguista Marcos Bagno (2011, p. 387): “Podemos amar e cultivar uma ou mais “línguas”, mas sem esquecer o preço caríssimo que muita gente pagou e ainda paga para que elas se implantassem como idiomas oficiais, nacionais, línguas pátrias, línguas de ensino, do poder e da lei”.

## 6. REFERÊNCIAS

ARRUZZO, R. C. “Ocupando” o Vale do Araguaia: encontros e conflitos entre diferentes territorialidades durante o século XX. In: BERNADES, J. A.; ARRUZZO, R. C.; (Orgs). Novas

fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. Rio e Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, p. 47-69.

BAGNO, Marcos. **O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase.** IN: LAGARES, X. C. e BAGNO, M. & LAGARES, X. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos.* São Paulo: Parábola, 2011, pp. 355-387.

FARACO, C. A. **A língua portuguesa se torna hegemônica no Brasil / O nome da língua no Brasil.** IN: *História sociopolítica da língua portuguesa.* São Paulo, Parábola, 2016, pp. 136-171.

HAUGEN, Einar. Língua, dialeto, nação. IN: BAGNO, M. (org.). *A norma linguística.* São Paulo: Edições Loyola, 2001, pp. 95-112.

LAGARES, Xoán. **Glotopolítica: reflexão/ação.** IN: *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.* São Paulo: Parábola, 2018, pp. 15-47.

MARIANI, B. **Colonização linguística. / Novos territórios e línguas desconhecidas.** IN: *Colonização linguística.* Campinas: Pontes, 2004, pp. 21-55.

MARIANI, B. **Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues.** IN: *Gragotatá.* Núm. 24. Niterói: Pontes, 2008, pp. 71-88.

RAJAGOPALAN, K. **Política linguística: do que é que se trata, afinal?** IN: NICOLAIDES, C. et. al. *Política e políticas linguísticas.* Campinas: Pontes/ALAB, 2013, pp. 19-42.